

# Prosperidade Justa através do combate às mudanças climáticas

O planeta atravessa uma emergência ambiental e econômica que desafia os fundamentos do modelo de desenvolvimento vigente. O ciclo de globalização, ancorado em uma economia na qual o Estado exerce papel predominantemente regulador, mostrou-se insuficiente para reduzir as assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Diante de um cenário de disrupções nas cadeias globais de suprimento, torna-se imperativo construir uma nova agenda de cooperação e prosperidade compartilhada, capaz de alinhar estabilidade econômica, transição ecológica e justiça social.

Na COP 30, em Belém, o Instituto E+ Transição Energética convida a comunidade internacional a repensar os fundamentos do desenvolvimento global por meio do Consenso de Belém, que transforma o desafio climático em uma oportunidade histórica de prosperidade redistributiva e compartilhada, especialmente no Sul Global.

Partindo da constatação de que o modelo concentrado de produção global, dependente de cadeias longas, intensivas em carbono e vulneráveis a choques geopolíticos, tornou-se insustentável, o Consenso propõe uma descentralização produtiva estratégica orientada por critérios de eficiência ambiental, sustentabilidade territorial e justiça econômica.

Nesse contexto, a alocação produtiva baseada em eficiência climática deve priorizar regiões e setores capazes de produzir bens com menor intensidade de carbono e maior contribuição ao desenvolvimento humano. O Consenso de Belém reconhece que vivemos um acoplamento estrutural entre as agendas ambiental e econômica. A transição para uma economia de baixo carbono está reconfigurando fluxos globais de investimento e produção, direcionando cadeias produtivas e empregos para regiões com vantagens climáticas, governança socioambiental robusta e competências tecnológicas emergentes. Esse processo inaugura uma descentralização estratégica da produção mundial, abrindo espaço para novas coalizões produtivas e uma prosperidade mais distribuída entre Norte e Sul.

Assim, o Consenso reconcilia a urgência da descarbonização global com o direito ao desenvolvimento do Sul Global, consolidando uma fase em que sustentabilidade ambiental, segurança energética e prosperidade econômica caminham juntas e se reforçam mutuamente.

## Eixos Estruturantes do Consenso de Belém

**Acoplamento ambiental-econômico:** A transição energética e a descarbonização estão integrando as agendas ambiental e econômica, redefinindo a geografia do desenvolvimento global.

**Descentralização produtiva:** A nova economia de baixo carbono desloca investimentos e cadeias industriais para regiões com energia limpa e recursos sustentáveis.

**Variável ambiental como critério econômico estruturante:** A intensidade de emissões de GEE e a sustentabilidade territorial passam a orientar a alocação produtiva globalmente sustentáveis.

**Industrialização verde baseada em inovação:** Políticas industriais devem direcionar inovação e financiamento para setores de baixo carbono com alto impacto social e tecnológico.

**Prosperidade compartilhada e desenvolvimento humano:** O crescimento econômico deve ser redistributivo, combinando geração de empregos de qualidade, redução de desigualdades e sustentabilidade ambiental.

**Governança pública estratégica:** A transição para uma nova economia requer Estados com capacidade de coordenação, planejamento e parceria, capazes de alinhar inovação, investimento e bem-estar social.

**Globalização justa e cooperativa:** Redesenhar o comércio e as cadeias globais, equilibrando abertura econômica, segurança produtiva e cooperação climática.

# Just Prosperity through combatting climate change

The planet is facing an environmental and economic emergency that challenges the foundations of the current development model. The globalization cycle, anchored in an economy where the State plays a predominantly regulatory role, has proven insufficient to reduce the asymmetries between developed and developing countries. Faced with growing disruptions in global supply chains, it becomes imperative to build a new agenda of cooperation and shared prosperity, one capable of aligning economic stability, ecological transition, and social justice.

At COP 30 in Belém, the E+ Energy Transition Institute invites the international community to rethink the foundations of global development. The Belém Consensus seeks to transform the climate challenge into a historic opportunity for shared and redistributive prosperity, with global reach and special relevance for the Global South.

Recognizing that the concentrated model of global production, dependent on long and carbon-intensive chains and vulnerable to geopolitical shocks, has become unsustainable, the Consensus proposes strategic productive decentralization guided by environmental efficiency, territorial sustainability, and economic justice.

In this context, climate-efficient productive allocation should prioritize regions and sectors capable of producing goods with lower carbon intensity and greater contributions to human development. The Belém Consensus acknowledges that we are witnessing a structural coupling between the environmental and economic agendas. The transition to a low-carbon economy is reshaping global investment and production flows, directing supply chains and employment toward regions with climate advantages, strong socio-environmental governance, and emerging technological capabilities. This process inaugurates a new phase of productive decentralization and more broadly distributed prosperity across North and South.

In doing so, the Consensus reconciles the urgency of global decarbonization with the right to development, establishing a new paradigm where environmental sustainability, energy security, and economic prosperity advance together and reinforce one another.

## Structuring Areas of the Belém Consensus

**Environmental-economic coupling:** The energy transition and decarbonization are integrating environmental and economic agendas, redefining the geography of global development.

**Productive decentralization:** The low-carbon economy is relocating investments and industrial chains to regions endowed with clean energy and sustainable resources.

**Environmental variable as an economic criterion:** Emission-reduction efficiency and sustainability now guide productive allocation, fostering sustainable competitiveness and social inclusion.

**Green industrialization through innovation:** Industrial policies should steer innovation and finance toward low-carbon sectors with high social and technological impact.

**Shared prosperity and human development:** Economic growth must be redistributive, combining quality jobs, inequality reduction, and environmental sustainability.

**Strategic public governance:** The transition to a new economy requires States capable of coordination, planning, and partnership — aligning innovation, investment, and social well-being.

**Just and cooperative globalization:** Global trade and supply chains should be redesigned to balance openness, production security, and climate cooperation.